

Anais da Assembléia

CURITIBA, 5, 8 e 9 DE MAIO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVÍDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 34.ª Sessão Ordinária Realizada em 5 de Maio de 1972 - (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Basílio Zanusso.

As 10,00 horas, é registrada a presença das seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, David Dedermann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger, Fuad Nacli, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Xenofonte Villanueva e Wilson Brandão (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Cândido Martins de Oliveira, Igo Losso, Muggiati Filho, Paulo Camargo (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — comunica que não há EXPEDIENTE a ser lido.

O SR. PRESIDENTE — De acordo com o que ficou estabelecido na última sessão, esta sessão será especial, em homenagem ao Dia das Telecomunicações. E para falar sobre o assunto, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares que irá fazer o seu pronunciamento, representando este Poder.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES: (Lendo): — Por horrorosa deferência da liderança da ARENA nesta Casa, cabe-me fazer um pronunciamento alusivo ao "Dia Nacional das Comunicações", escolhido para esta data, cinco de maio, por ser o natalício do Marechal Cândido Mariano Rondon, pioneiro das comunicações no Brasil.

Recebo com agrado a tarefa: exaltar a figura apostólica do Mal. Cândido Rondon, as realizações do Governo da Revolução e a importância das comunicações; não exige do orador empenho dialético e nem fecunda inventividade.

Marechal Cândido Mariano Rondon "O Civilizador dos Sertões".

Em 1892 recusa uma cátedra na Escola Militar, indicado por Benjamin Constant, preferindo nomeação para ajudante da comissão construtora das linhas telegráficas, chefiada pelo Major Gomes Carneiro, iniciando os trabalhos de desbravamento dos sertões de Mato Grosso.

De 1.900 a 1.906, então Major e Chefe da Comissão, apresentou como resultado de suas atividades: 1.800 km. de linhas estendidas e 17 estações telegráficas instaladas; além de Cuiabá, Miranda e Aquidauana, ligaram-se ao sistema nacional as localidades de Bela Vista e Porto Murtinho nas lindes paraguaias; Coimbra e Cáceres na Bolivianas.

Em 1907 o Governo Afonso Pena confiou-lhe a incumbência de levar as linhas telegráficas até o Amazonas. Em 10 de janeiro de 1.915 Cuabá era ligada a Sto. do Madeira, através de 1.450 km. de circuito e de vinte estações intermediárias.

Em 1.910 sem deixar a Comissão das linhas telegráficas, passa a dirigir o Serviço de Proteção aos Índios.

Seu prolongado contacto com os grupos tribais brasileiros e a doutrina positivista, que abraçou desde a juventude, levaram-no a desenvolver toda uma doutrina de profundo humanitarismo consubstanciada no lema "morrer se preciso for; matar nunca".

Aplaudido pelo Congresso de Raças reunido em Londres, como exemplo a ser imitado "para honra da civilização universal". Pois foi no espírito rondônico que a revolução de 1964 foi buscar inspiração para sua prodigiosa obra nas comunicações.

Desde 1876, quando D. Pedro II mandou instalar o primeiro telefone no Brasil, até 1964, foi extremamente lenta a evolução do sistema de comunicações do País.

A decolagem mais explosiva se deu a partir de 1.967, com a criação do Ministério das Comunicações, que engloba a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Companhia Telefônica Brasileira, Empresa Brasileira de Telecomunicações.

Partindo da premissa de que a telecomunicação é o caminho mais curto, constrói o sistema básico nacional 11.500 quilômetros de troncos de micro-ondas, do extremo-norte ao sul do Brasil. 5.100 quilômetros de troncos de micro-ondas em tropodifusão, atravessando toda a região amazônica; 194 estações repetidoras de micro-ondas em visibilidade; 20 estações de tropodifusão construídas em plena floresta equatorial; 69 estações terminais, 600 quilômetros de estradas de acessos, 290 torres de mais de 13 mil metros; 24 gigantescas antenas receptoras; mais de mil equipamentos transceptores de micro-ondas de alta capacidade e 39 centrais telefônicas interurbanas.

Desde 1969 o Brasil passou a integrar o sistema internacional de telecomunicações à base de satélites artificiais. Neste mesmo ano passou a operar o tronco-sul de telecomunicações com intercâmbio direto entre S. Paulo, Paraná, S. Catarina, Rio Grande do Sul, hoje ampliado a quase todas as regiões brasileiras, o mesmo ocorrendo com a introdução do processo de discagem direta à distância.

E mais recentemente inaugurou a Embratel o sistema de televisão a cores. Abre-se aqui o campo para uma linha de reflexão.

E dispensável focalizar o óbvio: a importância da comunicação como fator de desenvolvimento e de integração.

Mas é imperioso questioná-la.

De repente eis que nos é chegado o ADMIRÁVEL MUNDO NOVO huxliano. "E um genial canadense, Marshall McLuhan, descobre que, quase no limiar do ano 2.000, estamos revivendo os primeiros estágios da aventura humana na face da terra. E descobre que vivemos todos numa aldeia global, totalmente tribalizados. Somos todos vizinhos de todos.

E constatamos hoje o predomínio da comunicação visual através do que se denominou "civilização da imagem".

As explicitações das virtualidades contidas nas técnicas da comunicação televisional encontram-se em pleno desenvolvimento: o que a linguagem visiva está fazendo e poderá fazer pela educação e cultura talvez seja o fato mais revolucionário de nosso tempo.

Mas julgo também de nosso dever questionar a utilização dos meios de "proche" visivo numa e para uma sociedade democrática.

E sabido que a informação visual reduz a vigilância do espectador, constringe-o a uma participação passiva e induz-o a uma compreensão apenas intuitiva, o que provoca na mesma dos fruidores mutações psicológicas que não deixam de ter o equivalente sociológico negativo.

A audiência televisional induz a uma aceitação passiva e no contexto da indústria-cultura tende a formar o gosto médio do público e esforça-se para determiná-lo estatisticamente.

Uma inconsciente política cultural modela o espectador.

Para vivermos em uma sociedade aberta — como é o desejo da Revolução — é preciso evitar o dirigismo cultural e a massificação do povo.

Uma sociedade democrática só prosperará se fizer da linguagem da imagem uma provocação à reflexão crítica, não um convite à hipnose.

O fundamental nessa transformação é que ela trouxe consigo uma enorme avalanche de valores cosmopolitas de cultura internacional que tem formado para o caso brasileiro, uma experiência inédita.

O sr. Antônio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, V. Exa. está sendo muito feliz na apreciação deste tema importante que é o das comunicações. Pouca gente tem, na verdade, pensado no que importa e no que poderá ainda importar o meio moderno de comunicação e V. Exa. acaba de citar os perigos a que nos poderá conduzir a comunicação visual. Na verdade a televisão é algo que ainda não temos consciência do que possa atingir e reali-

zar, os perigos e os benefícios que ela possa trazer e V. Exa. foi muito feliz ao dizer sobre a massificação dos telespectadores. É isto que temo, na qualidade de professor e pai de família. O perigo que pode trazer a televisão, com a massificação de seus telespectadores. A televisão deveria ser usada como um meio de divulgação para a educação destas massas mas, infelizmente, o que temos visto, principalmente no Brasil, é o contrário, é a educação em massa para o povo. Obrigado.

O SR. LUZ ROBERTO SOARES — Extremamente confortante receber o aparte de V. Exa., que veio abrihilar esta pálida oração. Só me cabe concordar com o aparte que V. Exa. Gentilmente acaba de dar.

(Lendo): Mas dizia eu, "O tipo de experiência brasileira que vivemos nos últimos anos, quando nos esforçamos para alcançar satisfatório nível tecnológico, assimilando sofregamente um enorme acervo de valores até quase agora — obriga a uma meditação.

Somos um povo originalíssimo a esse respeito, pois as ondas sucessivas de valores culturais e novos padrões de comportamento foram-se depositando por cima de outros tantos padrões de valores pertencentes a níveis ou frases bem diversificadas.

Mas o que é mais importante é que o Brasil, — hoje integrado civilizacional — tem sabido abrir-se à universalização, sem que se desfigure a sua própria identidade!

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estava aguardando que V. Exa. concluisse o brilhante pronunciamento para manifestar-me ao final, congratulando-me pela maneira sóbria com que V. Exa. abordou o assunto.

E ocorre-me, nesta oportunidade, ilustre Deputado, já que V. Exa. fala em nome deste Poder, lembrar, mais uma vez, o magnífico exemplo do Marechal Cândido Rondon e de todos aqueles homens que servem, realmente, de exemplo para a formação das nossas gerações.

E ainda quero, nesta oportunidade, acentuar aquilo que já foi motivo de apreciação, em parte, pelo nobre Deputado Antônio Lopes Júnior, a respeito da explanação de V. Exa.. Compartilho, nobre Deputado, das idéias de V. Exa., mórmente hoje, quando vemos, ao passarmos pelas livrarias, a ausência do povo. E quando perguntamos o preço de um livro verificamos que ele, realmente, está inacessível à bolsa do povo. Verificamos também que as bibliotecas estão às moscas. Então, preocupa-nos a ausência da cultura e o dirigismo que se incute no espírito do povo e que o leva a agir sem discernimento. E isso causa-nos uma apreensão muito séria, principalmente a nós que vivemos num meio rural e sentimos que o povo de nossa região está completamente divorciado da realidade política. E sentimos o choque, o trauma até, dessas faixas populacionais que assistem, através da televisão, e partilham e ouvem, o bem estar, o desenvolvimento que outras áreas estão gozando, estão usufruindo.

Porisso mesmo, gostaria de convidar V. Exa. para, em outra oportunidade, desenvolver esse assunto, porque então, teremos oportunidade de debate, de discussão, em termos mais realistas.

Agradeço o aparte que V. Exa. me concedeu.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Agradeço, Deputado Nivaldo Krüger, as referências generosas com relação ao teor do pronunciamento que acabo de fazer, nesta Casa.

Agradeço, também, o convite para um debate sobre tão importante tema. E quero aproveitar a oportunidade para dizer a V. Exa. e aos demais membros desta Casa, com relação ao problema das comunicações, que, em primeiro lugar considero irreversível o problema da tecnologia comunicativa, e acredito mesmo que será a mensagem do futuro, a mensagem televisiva "aproche" visivo, como mais cientificamente denominam os entendidos da matéria; agora, acredito também que é um espetacular instrumento para a educação do povo e para a politização do mesmo, e acho até que é uma das mais poderosas armas de que dispõe a democracia, para conseguir criar uma sociedade aberta e pluralista. Também estou convencido de que a imagem conseguiu um prodígio porque, se antes nós tínhamos conhecimento do que aconteceu mas não podíamos mais mudar o curso dos acontecimentos, hoje, sabendo o que está acontecendo, é um convite à participação para se influenciar nos acontecimentos.

Assim, acho que é um excelente instrumento de conscientização, principalmente de nós que constituímos, quer queiramos quer não, os quadros dirigentes da nossa Nação.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado Luiz Roberto Soares, quero, em nome da Casa, cumprimentar V. Exa. pelo brilhantismo da sua oração desta manhã, quando aborda este tema tão importante, em comemoração do Dia das Comunicações, e, sem entrar no mérito da importância deste invento com relação à instrução do nosso povo, queria apenas me fixar nos telefones, nessa invenção extraordinária que tantos benefícios tem trazido à comunidade, ao povo de um modo geral, através das comunicações cada vez mais rápidas, facilitando o intercâmbio comercial, fazendo com que se aproximem os povos, cada vez mais.

V. Exa. foi de uma felicidade extraordinária quando abordou com dados precisos a vida e a biografia de Cândido Rondon; quero então, em nome desta Casa cumprimentar V. Exa., porque é através de homens idealistas como V. Exa. e jovens que têm tudo pela frente que nós deveremos levar ao povo do Paraná e do Brasil inteiro, esta mensagem de esperança, para que um dia nós possamos trazer mais felicidade ao nosso povo, à nossa Nação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Deputado João Mansur, ilustre líder da Bancada a que tenho a honra de pertencer: Saiba V. Exa. que recebo o seu aparte como um grande estímulo. Tenho certeza de que o espírito do Marechal Cândido Rondon, pela sua grandeza, pela beleza dos seus ideais, haverá sempre de nortear e de se presentificar em cada atuação de qualquer um dos membros da Aliança Renovadora Nacional, como também de todos os demais Deputados que integram esta Casa.

Agradeço o aparte de V. Exa., ao mesmo tempo que agradeço a atenção que me foi dispensada.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Mesa sente-se no dever de manifestar também a sua profunda satisfação pelo magnífico discurso proferido pelo nobre Deputado Luiz Roberto Soares, no qual focalizou, com rara felicidade, a figura do eminente Marechal Cândido Rondon, inegavelmente o precursor das Tele-Comunicações do Brasil e, como é uma sessão especial, o orador usou da palavra, falando em nome deste Poder.

Está encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 29 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 11-70, ex-Proposição n. 79-70, aprova as contas do Governador do Estado, referentes ao Exercício Financeiro de 1969. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 11-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. Único — Ficam aprovadas as contas do Governador do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 1969.

Sala das Comissões, em 27-4-72

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Basílio Zanusso

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 7-71, aprova o Convênio celebrado em 15 de julho de 1970, entre o D.E.R. e o Município de Sengés. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 7-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — É aprovado o convênio celebrado em 15 de julho de 1970, entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná e o Município de Sengés, objetivando a construção de uma ponte de alvenaria sobre o Rio Jaquaricatu.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-4-72

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Basílio Zanusso

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 9-11, ex-Proposição n. 17-71, aprova Convênio celebrado em 30 de março de 1971, entre a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 9-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — É aprovado o convênio celebrado em 30 de março de 1971, entre a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução de um Projeto de Informação de Mercado Agrícola, compreendendo atividades específicas de coleta, preparação, intercâmbio e divulgação de dados sobre o mercado atacadista de produtos agropecuários.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-4-72

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Basílio Zanusso

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 11-71, ex-Proposição n. 41-70, aprova Convênio celebrado em 4-11-69, entre o Governo do Estado do Paraná, através do D.E.R., e a Rede Ferroviária Federal S.A. — RVPSC, com finalidades que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 11-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado nos termos do inciso VII, artigo 22, da Constituição Estadual, o convênio firmado em 4 de novembro de 1969, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem e a Rede Ferroviária Federal S.A. — Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, para a construção pela Rede, de uma variante ferroviária, no trecho Ourinhos-Dr. Camargo, entre os kms. 57.900 e 58.800, que permitirá ao D.E.R.-Pr., estabelecer passagem superior para o trecho rodoviário da BR-87 Cambará-Andirá, com a construção do Viaduto Andirá.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-4-72

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Basílio Zanusso

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 18-71, ex-Proposição n. 78-71, aprova o Decreto n. 813, de 29-9-71, que abriu crédito extraordinário no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), para atender os Municípios do Centro-Oeste do Estado, atingidos por chuvas de granizo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 18-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Decreto n. 813, de 28 de setembro de 1971, que abriu um crédito extraordinário no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), para atender os Municípios do Centro-Oeste do Estado, atingidos pela chuva de granizo, ocorrida a 27 de setembro de 1971, nos termos em que dispõe o inciso XIII, do artigo 47, da Constituição Estadual.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de suas publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Basílio Zanusso

Redação Final — do Projeto de Lei n. 151-71, autoriza o Poder Executivo através da Secretaria dos Transportes, proceder revestimento asfáltico da estrada que liga a sede do Município de Almirante Tamandaré com a Rodovia dos Minérios. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 151-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

- Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo através da Secretaria de Transportes, a revestir de asfalto a estrada que liga a sede do Município de Almirante Tamandaré à Rodovia dos Minérios.
- Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.
- Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Comissões, em 29-4-72
- Sala das Comissões, em 27-4-72
- aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente
- Gabriel Manoel** — Relator
- Basílio Zanusso**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 152/71, autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Transportes, proceder revestimento asfáltico da Estrada que liga a sede do Município de Campo Largo à Rodovia do Café — BR-376. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 152/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

- Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado através da Secretaria dos Transportes, a revestir de asfalto a estrada que liga a sede do Município de Campo Largo à Rodovia do Café — BR-376.
- Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.
- Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Comissões, em 27-04-72
- aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente
- Gabriel Manoel** — Relator
- Basílio Zanusso**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 153/71, autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Transportes, proceder estudos, execução de novo traçado e asfaltamento na rodovia que liga a sede do Município de Campina Grande do Sul à BR-116. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 153/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

- Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado através da Secretaria dos Transportes, a proceder estudos e execução de novo traçado e asfaltamento na rodovia que liga a sede do Município de Campina Grande do Sul à BR-116.
- Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.
- Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Comissões, em 17-04-72
- aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente
- Gabriel Manoel** — Relator
- Basílio Zanusso**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 222/71, Mensagem n.º 25/71, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a contribuição do Estado para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 222/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

- Art. 1.º — O Estado do Paraná contribuirá para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 8, de 3 de dezembro de 1970, com as seguintes parcelas, que serão mensalmente recolhidas ao Banco do Brasil S.A.:
- a) — 1% (um por cento) das receitas correntes próprias, deduzidas as transferências feitas a outras entidades de Administração Pública, a partir de 1.º de julho de 1971, 1,5% (um e meio por cento) em 1972 e 2% (dois por cento) no ano de 1973 e subsequentes;
- b) — 2% (dois por cento) das transferências recebidas do Governo da União através do Fundo de Participações dos Estados, Distrito Federal e Municípios, a partir de 1.º de julho de 1971.

Parágrafo único — Não recairá, em nenhuma hipótese, sobre transferências de que trata este artigo, mais de uma contribuição.

- Art. 2.º — As autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas pelo Estado, contribuirão para o programa com 0,4% (quatro décimos por cento) da receita orçamentária, inclusive transferência e receita operacional, a partir de 1.º de julho de 1971; 0,6% (seis décimos por cento) em 1972 e 0,8% (oito décimos por cento) no ano de 1973 e subsequentes.

- Art. 3.º — Beneficiar-se-ão das vantagens do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, na forma e condições previstas na Lei Complementar Federal n.º 8, apenas os servidores estaduais em atividades, inclusive os de entidades da Administração indireta e fundações.

- Art. 4.º — Para a execução desta Lei no corrente exercício financeiro, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros).

- Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-04-72

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Basílio Zanusso

Ovídio Franzoni

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Maciel, no seguinte teor: (Lê):

“Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, ABONO de faltas dos dias 24, 25 e 26 próximo passado, quando permaneceu em Brasília, após a Convenção Nacional da ARENA, tratando de assuntos relacionados com a eletrificação rural, cujo re-

sultado será levado ao conhecimento dos Senhores Deputados da Tribuna desta Casa.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1972.

(a) **Antônio Maciel**”.

Será encaminhado à consideração do Sr. 1.º Secretário, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Negócios da Fazenda, no sentido de serem estudadas medidas, objetivando o depósito dos salários dos Servidores Estaduais, por toda a rede bancária do Estado, isto é, através de bancos oficiais e particulares. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 8, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

- 3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 292-70, 319-70, 34-71, 35-71;
- 2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 281-70, 212-70;
- 1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 87-70 e 176-70.
- Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 35.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 8 de Maio de 1972 - (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Domicílio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicílio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Gilberto Carvalho e Santos Lima (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados Alvaro Dias, Antônio Belinati, Arizone Araújo, Borsari Neto, David Federmann, Fuad Nacli, Igo Losso, Paulo Camargo, Pinto Dias, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 27/72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 77/71, de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a proceder serviços de ampliação do prédio do Grupo Escolar “Pietro Martinez”, com sede nesta Capital. — Relatório da C.C.J., considerando Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. **Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 9, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 49-72.

Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 36.ª Sessão Ordinária

Realizada em 8 de Maio de 1972 - (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicílio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias, Antônio Belinati, Arizone Araújo, Borsari Neto, David Federmann, Fuad Nacli, Igo Losso, Paulo Camargo, Pinto Dias, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (11)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreeve, usando das prerrogativas que lhe são concedidas, de acordo com o regimento interno e depois de ouvido o Plenário, requer seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, um apelo no sentido de que o mesmo ordene as providências que se fizerem necessárias para a elaboração da Lei que possibilite a inclusão do Paraná no Programa de Formação do Servidor Público — PASEP, conforme foi instituído pela Lei Complementar n.º 8 de 30 de dezembro de 1970.

Cumpra salientar que o prazo está prestes a expirar, o que ocorrerá no próximo dia 31 de julho.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1972.

(a) — Fabiano Braga Côrtes.

JUSTIFICATIVA:

O "PASEP", à semelhança do "PIS" — Plano de Integração Social, vai permitir aos servidores públicos do Paraná participarem da receita dos órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, de acordo com os índices proporcionais ao tempo de serviço e remuneração percebida.

O Paraná é um dos poucos Estados que não atendeu a solicitação de dados que foi feita pelo Banco do Brasil, e cujo prazo termina no próximo dia 31 de julho.

Tratando-se de assunto que irá beneficiar milhares de funcionários, pois já em 1975 haverá possibilidade do pagamento de 13.º salário aos servidores públicos, desta Tribuna, fazemos nosso apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador para que ordene as providências urgentes que se fazem necessárias para que o nosso Estado seja incluído no referido Programa.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreeve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer seja enviado ofício à Sua Excelência o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Estado dos Negócios de Segurança Pública, no sentido de que sejam enviadas à Delegacia de Polícia de Cascavel, duas viaturas para Rádio Patrulha, propiciando desta forma melhores condições de segurança ao povo daquela cidade, bem como propiciando melhores condições de combate à delinquência por parte das autoridades competentes.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1972.

(a) — Odilon Reinhardt.

JUSTIFICATIVA:

Ao fazermos tal solicitação, temos como objetivo primordial, possibilitar às autoridades policiais daquela cidade melhores condições materiais de combate à criminalidade.

Todos somos conhecedores do arranque de desenvolvimento que vem sofrendo nos últimos anos este importante Município da região oeste de nosso Estado; não será portanto difícil entendermos que para lá convergem inúmeros indivíduos de má formação moral, que têm trazido sérios aborrecimentos não só às autoridades policiais mas também a toda a população.

Encontra-se a Delegacia de Polícia de Cascavel sem nenhum carro-patrulha, não podendo portanto dar combate ao elevado índice de delinquência, que crassa, medra e cresce de maneira assustadora não só naquela cidade, mas também nos Municípios vizinhos, aumentando cada vez mais os cuidados das autoridades competentes por tratar-se Cascavel do Município mais importante da região e que terá por consequência responsabilidade de dar guarida e segurança à população local.

É fundamentado na importância desta triste realidade, que achamos por bem apresentar este requerimento que temos certeza encontra eco junto a todos os membros desta Casa, tendo como consequência sua aprovação.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreeve, nos termos regimentais, requer seja endereçado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda um apelo no sentido de liberar a quota referente ao Fundo Rodoviário Nacional, do primeiro semestre do ano de 1970, destinada à aquisição de doze veículos para a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública instalar a Rádio Patrulha de Londrina.

O presente apelo decorre da intensa onda de criminalidade e da proliferação de marginais atualmente registrados naquela metrópole cafeeira, que não conta com os meios e instrumentos para o combate eficaz ao crime.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1972.

(a) — Lázaro Dumont.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente. Concede a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Declino da palavra, ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Havendo declinado a palavra o Sr. Deputado Paulo Poli e não havendo mais oradores inscritos, está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da mesma, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 292/70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica criada a Escola Comercial de São Carlos do Ivaí, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 319/70, de autoria do Dep. Erondy Silvério, fica criado um Curso Ginásial no Bairro de Vila Fany, desta Capital, para funcionar no ano letivo de 1971. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — com EMENDA SUBSTITUTIVA. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 34/71, de autoria dos Deputados Paulo Poli e Wilson Fortes, fica criada uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de Barra do Jacaré. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 35/71, de autoria do Dep. Domício Scaramela, que autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de "União da Vitória", um Curso Técnico Agrícola, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 212/70, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, em Nova América da Colina. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 281/70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica criado o Ginásio Estadual de Santa Eliza, distrito de Umuarama, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 87/70, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, fica transferida ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a estrada que liga o Município de Formosa do Oeste ao de Guaira, passando pelos Municípios de Assis Chateaubriand, Pôrto Palotina, Distrito de Encantado, Palotina, São Camilo e Terra Roxa do Oeste. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 87/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica transferida ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a estrada que liga o Município de Formosa do Oeste ao de Guaira, passando pelos Municípios de Assis Chateaubriand, Pôrto Palotina, Distrito de Encantado, Palotina, São Camilo e Terra Roxa do Oeste.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 20 de maio de 1970.

a) — Leopoldo Jacomel

JUSTIFICAÇÃO:

Trata-se de rodovia de vital importância econômica para aquela região, pois através dela se processa o escoamento dos seus produtos para os centros consumidores, devendo, por isso, ser mantida em boas condições de tráfego. Não dispendo, as Prefeituras da região, de recursos para tal, quer de ordem técnica, quer financeira, a única alternativa será passá-la à responsabilidade do D.E.R. E, justamente, o que objetivamos com este plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 87/70

AUTOR: Dep. Leopoldo Jacomel

SÚMULA: "Transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem para fins de conservação, a estrada que liga o Município de Formosa do Oeste ao de Guaira, na forma que especifica".

PARECER

1.) Tendo em vista que a iniciativa em tela está articulada e justificada, harmoniza-se, pois, com o que dispõe o Regimento Interno.

2.) O Projeto, por outro lado, não se insurge contra qualquer preceito quer de ordem legal, quer de ordem constitucional.

Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

3.) Em face das considerações expendidas, somos pela sua aprovação. E o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Emílio Carrazai

Cândido Martins de Oliveira

Muggiati Filho

Acyr José.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 87/70

1 — A iniciativa do Dep. Leopoldo Jacomel está, segundo a Comissão de Constituição e Justiça, perfeitamente amparada pela legislação.

2 — A Comissão de Finanças, que naturalmente vai se manifestar sob o aspecto de recursos financeiros consignados no Orçamento, deverá ser ouvida.

3 — O projeto está justificado e o nosso parecer é pela aprovação, na forma original proposta pelo Dep. Jacomel ou em forma de substitutivo, em que se transforme em autorização ao Poder Executivo.

Sala das Comissões, em

aa) — Lázaro Dumont — Presidente

Hélio Manfrinato — Relator

Gilberto Carvalho

Borsari Neto.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 87/70

I — De autoria do Deputado Leopoldo Jacomel, o plano de lei em exame visa transferir ao D.E.R., para fins de conservação, a estrada que liga o Município de Formosa do Oeste a Guaira.

II — A justificativa nos convence da necessidade da medida pleiteada, ainda que no Orçamento do Estado, no programa destinado a atender encargos de conservação de Rodovias através do D.E.R. existe consignada a verba de Cr\$ 470.000,00.

III — Nosso Parecer é pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1971.

aa) — Leopoldo Jacomel — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Maurício Fruct

Santos Lima

Fuad Nachi.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 176/70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial Estadual, em Guaraniagu e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — com EMENDA SUBSTITUTIVA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 176/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Guaraniagu, um Colégio Comercial Estadual, para funcionar a partir do ano letivo de 1971.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão através das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1970.

a) Dep. Paulo Poli

JUSTIFICATIVA:

Procurando atender ao crescente progresso que vem tendo nas últimas décadas o Município de Guaraniagu e toda a região, é que apresentamos o presente plano de lei, visando dotar aquele Município de um Colégio Comercial a fim de possibilitar, à população local um estabelecimento de ensino que venha auxiliar o seu progresso, sem a necessidade de se locomover para outros centros.

É grande o número de estudantes que após a conclusão do Curso Ginasial desejam continuar os seus estudos especializando-se no setor comercial. Assim sendo é que apresentamos o presente plano de lei, que esperamos irá contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 176/70

AUTOR: Dep. Paulo Poli

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial Estadual, em Guaraniagu e dá outras providências.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar à escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, portanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários, etc.;

Vê-se pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mérito início público e oficial do equacionamento do problema sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispõe que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênha aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei, conforme emenda substitutiva anexa.

É o PARECER

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Arthur de Souza — Muggiati Filho — Acyr José — Cândido

Martins de Oliveira — (vencido) — Gilberto Carvalho — Se-

bastião R. Júnior

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUBSTITUTIVA

Onde se Lê:

"a partir de 1971.

LEIA-SE: "A PARTIR DO PRÓXIMO ANO LETIVO"

Sala das Comissões, em 8 de julho de 1971.

Wilson Brandão — Presidente

Igo Iwant Losso — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 176-70

A medida é das mais oportunas pois trata da criação de escolas no interior do Estado, matéria de absoluta prioridade.

Como se trata de mera autorização, não encontramos nenhum impedimento de ordem financeira.

Parecer favorável, de acordo com o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em ... de agosto de 1971.

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Ovídio Franzoni — Santos Lima — Paulo Poli

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 176-70

1 — Propõe o nobre Deputado Paulo Poli, a criação de colégio comercial estadual em Guaraniagu, para funcionar a partir do ano letivo de 1971.

2) — A douta Comissão de Constituição e Justiça opinou pela aprovação do projeto, alterando, por substitutivo, a data para funcionamento do colégio comercial.

Também favorável é o parecer da Comissão de Finanças.

3) — Igualmente pela aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em ... de setembro de 1971.

(aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Arizone Araújo — Relator

Acyr José

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que o mesmo ordene as providências que se fizerem necessárias para a elaboração da Lei que possibilita a inclusão do Paraná no Programa de Formação do Servidor Público. — Retirado pelo autor.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, no sentido de liberar a cota referente ao Fundo Rodoviário Nacional, do 1.º semestre do ano de 1970. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios de Segurança Pública, no sentido de que sejam enviadas à delegacia de Polícia de Cascavel, duas viaturas para rádio patrulha propiciando, desta forma, melhores condições de segurança ao povo daquela cidade. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 212-70 e 281-70;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 87-70 e 176-70;

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 206-70.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N. 140-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 2781, de 26 de abril de 1.972, deste Poder

RESOLVE:

revogar a Portaria n. 249-71 de 14 de abril de 1971, que designou José Tarquinio Isfer, para prestar serviços no Gabinete da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Erondy Silvério.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N. 141-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 2822, de 27 de abril de 1.972, deste Poder

RESOLVE:

conceder a Myrthes Magda Gomes, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 02 de maio de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N. 145-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 3087, de 05 de maio de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

designar Dorizon Salgado Bueno, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços de Assessoramento no Gabinete da 1.ª Secretaria, a partir de 1.º de abril de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de maio de 1.972

(a) Fausto Luiz Abry
Diretor Geral

PORTARIA N. 146-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 3.111-72, de 05 de maio de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

designar José Maria Zanardini de Camargo, para prestar serviços de Assessoramento ao Gabinete da ARENA junto ao Gabinete do Deputado Paulo Camargo, pelo prazo de noventa dias, a partir de 1.º de abril de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1.972.

(a) Fausto Luiz Abry
Diretor Geral

PORTARIA N. 147-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 3030, de 4 de maio de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

designar Izidoro Cecon, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços junto ao Gabinete da Diretoria Administrativa.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1.972.

(a) Fausto Luiz Abry
Diretor Geral

PORTARIA N. 148-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 2762-72, de 26 de abril de 1.972, deste Poder

R E S O L V E :

lotar Norma Buest Rosário, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1.972.

(a) Fausto Luiz Abry
Diretor Geral

PORTARIA N. 149-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 3963-72, de 03 de maio de 1.972, deste Poder

R E S O L V E :

conceder a Glaci Belich Stocchero, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 02 de maio de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1.972.

(a) Fausto Luiz Abry
Diretor Geral

PORTARIA N. 150-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 2331, de 12 de abril de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

designar José Tarquinio Isfer, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Aguinaldo Pereira Lima.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1.972.

(a) Fausto Luiz Abry
Diretor Geral

PORTARIA N. 151-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 2933-72, de 02 de maio de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Joana Maciel Farias, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dez (10) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 25 de março de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1.972.

(a) Fausto Luiz Abry
Diretor Geral

PORTARIA N. 152-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 2415-72, de 14 de abril de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

designar Juvenal Javorki, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria de Assistência Técnica.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1.972.

(a) Fausto Luiz Abry
Diretor Geral

PORTARIA N. 153-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 2320-70, de 12 de abril de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

designar Moyses Abdala Magalhães, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Erondy Silvério.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1.972.

(a) Fausto Luiz Abry
Diretor Geral

PORTARIA N. 154-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 3085-72, de 05 de maio de 1.972, deste Poder

R E S O L V E :

conceder a Carmem Fregoneze, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, noventa (90) dias de licença, a partir de 02 de maio de 1972, nos termos do disposto pelo Art. 236, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1.972.

(a) Fausto Luiz Abry
Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE TURISMO

Aos vinte e sete dias do mês de abril de hum mil novecentos e setenta e hum, às dezessete horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Turismo em sua primeira reunião ordinária da sétima legislatura da segunda sessão legislativa, registrando-se a presença dos senhores Xenofonte Villanueva, Marciano Baraniuk, Jorge Satto, Odilon Reinhardt, Sebastião Rodrigues e Maurício Fruct. Foi indicado pelos presentes o nome do deputado Xenofonte Villanueva, para Presidente da Comissão e, posteriormente aprovado. Assumindo a presidência dos trabalhos, o deputado Xenofonte Villanueva agradece aos seus pares a confiança nele depositada e indica o nome do deputado Sebastião Rodrigues para Vice Presidente da mesma, sendo o seu nome aprovado pelos presentes. O senhor Presidente, deixa livre a palavra e, não havendo quem quisesse fazer uso da mesma, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente Ata que depois de lida é aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão e por mim Maria Stella M. A. Gurgel, que a secretarei.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 1972.

(a) Xenofonte Villanueva — Presidente
Maria Stella M. A. Gurgel — Secretária

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

**Ata da 37.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 9 de Maio de 1972 - (Terça-Feira)**

Presidência do sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos srs. Deputados Domício Scaramella e Quielise Crisóstomo.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados Wilson Fortes, Antonio Costa; Ivo Tomazoni; Quielise Crisóstomo; Domício Scaramella; Rosário Pitelli; Antonio Belinati; Antonio Lopes Júnior; Antonio Maciel; Arizone Araújo; Armando Queiroz; Basílio Zanusso; Borsari Neto; Cândido Martins de Oliveira; David Federmann; Emilio Carazzai; Erondy Silvério; Fabiano Braga Cortes; Francisco Escorsin; Fuad Nacl; Gabriel Manoel; Gilberto Carvalho; Hélio Manfrinato; João Fadel; João Mansur; Lázaro Dumont; Leopoldo Jacomet; Marciano Baraniuk; Maurício Fruct; Muggiati Filho; Nivaldo Kruger; Odilon Reinhardt; Ovidio Luiz Franzoni; Paulo Camargo; Paulo Poli; Sebastião Rodrigues Júnior; Santos Lima e Xenofonte Villanueva (38); achando-se ausentes os seguintes srs. Deputados: Nelson Buffara; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias; Arthur de Souza; Igo Losso; Jorge Sato; Luiz Roberto Soares; Pinto Dias e Wilson Brandão. (9).

Verificada a existência de número legal o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária, anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 srs. Deputados.

Discussão única — da Proposição n. 49-72, Veto apostado ao Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Paulo Poli, fica criada uma Circunscrição de Trânsito em Marechal Cândido Rondon, com jurisdição nos Municípios de Toledo, Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa e Guaíra. — Relatório da C.C.J. considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido, o Veto rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã dia 10 quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n. 28-72.

Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 38.ª Sessão Ordinária Realizada em 9 de Maio de 1972 - (Terça-Feira)

Presidência do sr. Deputado Antonio Costa, secretariada pelos srs. Deputados Rosário Pitelli e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes, Antonio Costa; Ivo Thomazoni; Quielise Crisóstomo; Domicio Scaramella; Rosário Pitelli; Antônio Belinati; Antônio Lopes Júnior; Antônio Maciel; Arizone Araújo; Armando Queiroz; Basílio Zanusso; Borsari Neto; Cândido Martins de Oliveira; David Federmann; Emílio Carazzai; Erondy Silvério; Fabiano Braga Cortes; Francisco Escorsin; Fuad Nacli; Gabriel Manoel; Gilberto Carvalho; Hélio Manfrinato; João Fadel; João Mansur; Lázaro Dumont Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Maurício Fruet; Mugiati Filho; Nivaldo Kruger; Odilon Renhardt; Ovídio Luiz Franzoni; Paulo Camargo; Paulo Poli; Sebastião Rodrigues Júnior; Santos Lima e Xenofonte Villanueva. (38); achando-se ausentes os seguintes srs. Deputados Nelson Buffara, Aginaldo Pereira Lima; Alvaro Dias; Arthur de Souza; Igo Losso; Jorge Sato; Luiz Roberto Soares; Pinto Dias e Wilson Brandão. (9).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 292-71.

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando que, na forma consubstanciada no art. 77 da Constituição Estadual, o acesso na carreira é direito do funcionário;

Considerando que a Lei n. 5978, de 1.8.1969, dispõe sobre a reavaliação de cargos do serviço civil do Poder Executivo, em seu art. 25 determina que as promoções sejam realizadas semestralmente, na forma do respectivo regulamento e,

Considerando, ainda, que tal regulamento se encontra em vigor na forma do disposto pelo Decreto 25.549, de 26 de novembro de 1971.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios do Governo, pedido de informações visando resposta aos seguintes quesitos:

- 1) — Tem sido dada aplicação do dispositivo legal invocado?
 - 2) — Em caso afirmativo, os benefícios tem atingido todas as categorias funcionais?
 - 3) — Caso apenas alguns grupos ocupacionais tenham sido beneficiados, porque a discriminação?
 - 4) — Caso o dispositivo não tenha sido aplicado em absoluto, porque e quais as providências previstas a respeito?
- Sala das Sessões, em 8 de maio de 1972.
(a) — Maurício Fruet

Requerimento

Senhores Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja enviado expediente ao Dr. Alcacyr Munhoz Madder, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, ao Professor Lívio Luiz de Almeida, Diretor da Faculdade de Agronomia deste Estado e ao sr. Angello Mezzomo, Prefeito Municipal de Coronel Vívda, pelo início de execução de Convênio celebrado no início do corrente ano entre o Município referido e a Escola de Agronomia com objetivo de aperfeiçoamento e aprimoramento das técnicas agrícolas, através de preleção e ensinamentos de Professores e alunos da citada faculdade.

No começo deste ano celebrou-se Convênio entre o Município de Coronel Vívda, do Sudoeste do Paraná, e a Faculdade de Agronomia do Estado, com a finalidade de que esta Escola através de 12 alunos e 3 Professores, durante uma semana em cada mês, no transcorrer de um ano, passasse a funcionar naquela comuna, com aulas, palestras ensinamentos de novas técnicas etc. aos agricultores e pecuaristas locais e da região. No dia 7 último foi oficialmente instalado o movimento e os trabalhos em Coronel Vívda numa demonstração cabal do novo espírito universitário que empolga a nossa Universidade Federal e da grande visão administrativa do Prefeito Angello Mezzomo, que, adiantando-se aos seus colegas, ofereceu con-

dições para o início de um plano de atividades que, sem dúvidas, haverá de marcar época em nosso Estado e trazer benefícios incalculáveis à sua comuna e ao seu Povo.

Requer-se, outrossim, que do presente seja dado conhecimento integral as autoridades citadas e à Câmara de Vereadores de Coronel Vívda.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1972.

(a) — Cândido Martins de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente. Está livre a palavra (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 212-70, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Nórdal de Grau Colegial, em Nova América da Colina. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 281-70 de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica criado o Ginásio Estadual de Santa Eliza, distrito de Umuarama, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da CCJ. C.F. e C.I.P. — Aprovado.

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 87-70 de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, fica transferida ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a estrada que liga o Município de Formosa do Oeste ao de Guaíra, passando pelos Municípios de Assis Chateaubriand, Porto Palotina, Distrito de Encantado, Palotina; São Camilo e Terra Roxa do Oeste. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado artigo por artigo.

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 176-70 de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial Estadual, em Guaraníagu e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — com EMENDA SUBSTITUTIVA. — Aprovado artigo por artigo.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 206-70, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Ginásial em Sapopema e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 206-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Sapopema, um Curso Ginásial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1970.

a) — Ivo Thomazoni.

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Sapopema não dispõe, até esta data, de curso Ginásial, circunstância que obriga sua população estudantil, após a conclusão do curso primário, a ter que se deslocar de sua sede para localidades vizinhas, onde exista cursos de grau médio, a fim de poder prosseguir os estudos.

É evidente que tal fato acarreta uma série de dificuldades, principalmente financeira, às famílias desses jovens, as quais são, como se sabe, em sua maioria, de poucos recursos. E para sanar essa lacuna, propomos, então, o presente Projeto de Lei, esperando que esta nobre Casa o aprove e o Senhor Governador lhe dê guarida, sancionando-o, concretizando-se, dessa forma, a justa reivindicação do laborioso povo de Sapopema.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei n.º 206-70

AUTOR: Dep. Ivo Thomazoni

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Ginásial em Sapopema e dá outras providências.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino dentro que releva os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino.

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, o mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

- a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;
- b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;
- c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, portanto de despesas;
- d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc..

Vê-se pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênha aos argumentos ali expedidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criação, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criação.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura, o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Iwant Losso — Relator

Arthur de Souza

Acyr José

Cândido Martins de Oliveira — vencido

Gilberto Carvalho

Muggiati Filho

Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO de Lei N.º 206-70

AUTOR: Dep. Ivo Thomazoni

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Ginásial em Sapopema e dá outras providências.

P A R E C E R

A criação de estabelecimentos de ensino é matéria de alto alcance quanto a sua natureza, principalmente em se tratando de escolas no interior do Estado, tão carente de colégios.

O presente projeto de lei não traz nenhuma implicação de ordem financeira, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Ovidio Franzoni

Santos Lima

Fuad Nacl

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

AUTOR: Dep. Ivo Thomazoni

SUMULA: Autoriza criação de Curso Ginásial.

P A R E C E R

1. Propõe o nobre Deputado Ivo Thomazoni a criação, na sede do Município de Sapopema, de um Curso Ginásial para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2. A douta Comissão de Constituição e Justiça, por maioria de votos, opinou pela aprovação do projeto em referência.

No mesmo sentido foi o pronunciamento da Comissão de Finanças.

3. Igualmente pela aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em de setembro de 1971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Arizone Araújo — Relator

Acyr José

Alvaro Dias

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomet, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 292-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja enviado Expediente aos Srs. Reitor da Universidade Federal do Paraná, Diretor da Faculdade de Agronomia do Estado e Prefeito Municipal de Coronel Vivida, pela execução de convênio celebrado, no início do corrente ano, entre o Município referido e a Escola de Agronomia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios do Governo, no sentido de que seja respondido vários quesitos. — Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida para amanhã a discussão do requerimento do Deputado Maurício Fruct.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pedi a palavra no horário destinado à explicação pessoal, apenas para ressaltar, desta Tribuna, um fato muito auspicioso para minha região: o Sudoeste do Paraná.

No início deste ano, a Prefeitura Municipal de Coronel Vivida entrou em contato com a Universidade Federal do Paraná e com a sua Escola de Agronomia e propôs à Instituição, a celebração de um convênio que objetiva o uso das técnicas dos professores e mesmo dos alunos da Escola de Agronomia, para incentivar e orientar os agricultores do Município de Coronel Vivida.

A proposta foi aceita e no dia 7 p.p. nós vimos com alegria e satisfação a instalação no Município de Coronel Vivida, de um "mini-campus" avançado, da Escola de Agronomia da Universidade do Paraná.

Ninguém desconhece que é orientação do Governo Federal, principalmente do Ministério de Educação e Cultura, o deslocamento das técnicas universitárias dos grandes centros para o interior do País, com o objetivo, já inicialmente, de fazer com que os estudantes universitários que na sua grande maioria são oriundos de famílias de recursos e de possibilidades econômicas, que esses estudantes viessem a conhecer de perto a realidade brasileira e, ao mesmo tempo, pudessem através de seu idealismo e de sua juventude, orientar e contribuir para que os homens do interior do Brasil, desassistidos até agora encontrassem neste amparo mais um alento para continuar sua luta e seu trabalho.

O convênio celebrado entre a Prefeitura de Coronel Vivida e a Universidade do Paraná, objetiva colocar em prática essa diretriz do Ministério de Educação e Cultura, e vimos, como disse no dia 7, o Diretor da Escola de Agronomia, nesse município distante 400 e poucos quilômetros daqui, reunido no cinema com os agricultores daquela cidade e os estudantes dessa Escola, estendendo as mãos aos homens rudes do cabo da enxada do município de Coronel Vivida. Lá ficaram durante uma semana visitando os quatro cantos do Município, reunindo os agricultores, orientando-lhes e ensinando-lhes novas técnicas do manuseio da terra.

Esse Convênio, sr. Presidente srs. Deputados, está previsto para permanecer em atividade durante 1 ano. Assim me que durante uma semana de cada mês, a Escola de Agronomia, através de três professores e 12 alunos dos mais categorizados vai se deslocar para Coronel Vivida e, ao lado da Prefeitura movimentar esse setor. Tenho certeza que esse movimento iniciado em um pequeno município do Sudoeste paranaense, haverá de frutificar e servir de exemplo e outros Municípios e inúmeros movimentos desse teor haverão de ser feitos em benefício de nossa terra e de nossa gente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, quarta-feira à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s 87-70; 176-70;

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 206-70;

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 275-70.

Levanta-se a sessão